

Relatório de Reunião Conjunta

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult**

✓ I – Apresentação

No dia 13/6/2019, as Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico, tendo como convidada a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, receberam Marcelo Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

✓ II – Presenças

- **Comissão de Cultura:** deputados Bosco (presidente da comissão e da reunião), Professor Wendel Mesquita (vice-presidente), Marquinho Lemos, Mauro Tramonte e João Leite (suplente) e Professor Cleiton (suplente).
- **Comissão de Desenvolvimento Econômico:** deputada Laura Serrano e deputado Virgílio Guimarães.
- **Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia:** deputados Professor Irineu (presidente), Gustavo Mitre (vice-presidente), Professor Cleiton, Mauro Tramonte e Virgílio Guimarães.
- **Demais deputados presentes:** deputadas Marília Campos e Andréia de Jesus e deputados Antônio Carlos Arantes, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Zé Guilherme, Coronel Henrique.
- **Equipe da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo:** Solanda Steckelberg, secretária adjunta de Cultura; Felipe Amado, superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura; Eliane Parreiras, presidente da Fundação Clóvis Salgado; Michelle Arroyo, presidente do

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; Ronan Scoralick Abdo, presidente da Empresa Mineira de Comunicação; Ana Tereza Fernandes, chefe de Gabinete da Secult; Mariana Pacheco Simão, superintendente de Gastronomia e Marketing Turístico; Lucas Fainblat, assessor de Gestão Estratégica e Inovação; Clarice Menicucci, assessora de Comunicação.

III – Discussões

O Secretário de Estado de Cultura e Turismo fez um panorama das políticas públicas de cultura e turismo, ressaltou a importância e relevância dos marcos legais já existentes que instituem as diretrizes e metas para essas políticas.

Os parlamentares teceram considerações e sugestões para o incremento da atuação governamental nas áreas, que foram integralmente recepcionadas pelo secretário. Marcelo Matte solicitou, ainda, apoio dos deputados para a mobilização dos municípios e demais agentes públicos e privados de modo a somar esforços para a ampliação e a descentralização dessas políticas. Secretário e parlamentares salientaram os principais pontos de atenção, que listamos a seguir, para o desenvolvimento de programas e projetos dessas áreas.

1) Arcabouço normativo da área cultural

Todos reconheceram que as normas estaduais que versam sobre cultura são de boa qualidade. No entanto, há diversas determinações desses diplomas legais que ainda demandam ações por parte da administração pública para sua efetiva implementação: necessidade de promoção de esforços para a adesão dos municípios ao Sistema Estadual de Cultura; regulamentação do Programa Cultura Viva, criado pela [Lei nº 22.944, de 15/1/2018](#), com especial atenção para etnias indígenas e grupos afrodescendentes; e fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura, de forma a equalizar o fomento às iniciativas da sociedade civil em todo o Estado.

Posicionamento do Secretário

Importância da promoção de esforços, em parceria com os parlamentares, para mobilização dos municípios mineiros para adesão ao Sistema Estadual de Cultura.

Importância do Plano Estadual de Cultura como marco referência para essa política pública.

Relevância da regulamentação do Programa Cultura Viva, com especial atenção para etnias indígenas e grupos afrodescendentes.

Fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

RQN nº 1.771/2019 (Comissão de Cultura)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que seja formalmente constituído grupo de acompanhamento da implementação das ações e metas do Plano Estadual de Cultura – Lei nº 22.627, de 31/7/2017 –, bem como publicado detalhamento dos objetivos já alcançados.

2) Economia criativa

Foi discutida a necessidade de investir e promover a economia criativa como forma de diversificar a economia mineira e reduzir sua dependência de commodities. Dentro desse tema, os parlamentares afirmaram ser preciso implementar ações para promover o desenvolvimento regional dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e do Norte do Estado, de modo a aumentar o valor agregado de bens e serviços lá produzidos, tanto no que se refere ao artesanato, quanto no que diz respeito à extração de lítio, metal abundante na região do Jequitinhonha.

Posicionamento do Secretário

Reconhecimento da relevância do tema e apontamento as potencialidades de Minas Gerais nesse setor.

RQN nº 1.894/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que viabilize políticas públicas de fomento e divulgação da gastronomia mineira.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

3) Incentivos fiscais

Ressaltou-se a necessidade de aprovação, por parte do Confaz, de convênio único para os incentivos fiscais para projetos culturais no âmbito do ICMS, demanda constante na Carta Aberta dos Secretários de Estado de Cultura; e também a necessidade de ampliação do percentual destinado ao critério Turismo pela [Lei Estadual nº 18.030, de 2009](#), dada a importância estratégica dessa área para Minas Gerais.

Posicionamento do Secretário

Mobilização dos demais secretários de Estado de Cultura para, juntos, promoverem convênio único do Confaz para resguardar o incentivo fiscal à cultura em cada uma dessas unidades da federação.

RQN nº 1.769/2019 (Comissão de Cultura)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que, no programa de formação de agentes culturais para atuar no âmbito dos mecanismos de financiamento à cultura em Minas Gerais, sejam incluídos módulos destinados às empresas do interior do Estado que potencialmente possam ser patrocinadoras de projetos culturais e às suas assessorias jurídicas e contábeis.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

4) Promoção do turismo em Minas Gerais

Apesar do alto potencial turístico de Minas Gerais, o secretário afirmou que o Estado recebe fração ínfima dos turistas internacionais (menos de 1%) que chegam ao Brasil. Ele listou como possíveis causas a baixa promoção e a pouca divulgação de locais de grande potencial do Estado como destino turístico, a dispersão de roteiros turísticos sem que se avalie sua real viabilidade econômica, a deficiência da sinalização e a dificuldade de acesso a pontos de interesse turístico, a ameaça da mineração sobre locais de grande importância cultural e natural, e o pouco mapeamento de rotas, festejos, bens culturais e naturais.

Já os parlamentares defenderam o fomento ao turismo religioso, sobretudo na Serra da Piedade, que, apesar de seu potencial, está ameaçada pela retomada de atividades de mineração, e ao turismo gastronômico, o que reforça a necessidade da certificação de diversos produtos. Além

disso, também foi mencionada a necessidade de promover a conservação e incentivar o acesso a bens culturais protegidos com alto potencial turístico, como o Vapor Benjamin Guimarães, em Pirapora. Por fim, os parlamentares citaram as precárias condições viárias e de sinalização e falta de acessibilidade em diversos pontos turísticos e equipamentos culturais do Estado como entraves para a ampliação da atividade turística em Minas Gerais.

Posicionamento do Secretário

Reconhecimento de que desenvolvimento do setor do turismo em Minas Gerais ainda é insuficiente e que é necessário incrementar a visitação turística, especialmente de turistas estrangeiros. Segundo ele, problemas, como de segurança, em destinos turísticos tradicionalmente visitados por estrangeiros, aumentam a potencialidade turística do Estado para esse público.

RQN nº 1.765/2019 (Comissão de Cultura)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a priorização do segmento do turismo religioso nas ações de promoção e produção turísticas realizadas por esse órgão.

RQN nº 1.895/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para revitalização das sinalizações dos circuitos turísticos do Sul de Minas.

RQN nº 1.896/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para o aumento de voos regionais para todo o Estado.

RQN nº 1.897/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a revitalização do acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra.

RQN nº 1.898/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para a melhoria da infraestrutura de acesso ao Parque Estadual do Rio Doce.

RQN nº 1.899/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a melhoria do acesso ao Parque Estadual do Rio Doce e da sinalização turística em seu interior, de forma a incrementar a sua visitação.

RQN nº 1.900/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Agência Nacional de Águas – ANA – para a manutenção de cota mínima do Lago de Furnas, de forma a não prejudicar seus múltiplos usos, inclusive o turístico (Anexado ao RQN nº 1.764/2019).

RQN nº 1.901/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a manutenção de cota mínima do Lago de Furnas, de forma a não prejudicar sua exploração turística e, por consequência, a população de seu entorno.

REQUERIMENTOS

5) Ferrovias

Os parlamentares mencionaram a necessidade de proteção da memória ferroviária e da recuperação de bens culturais associados ao transporte ferroviário, já que Minas é o Estado com os maiores acervos em risco de degradação, como a Rotunda de Rio Vermelho. Também foi defendida a importância dos trens turísticos e o estabelecimento de novas rotas, com destaque para a linha Belo Horizonte – Brumadinho.

Posicionamento do Secretário

Reconhecimento da importância do tema e informação de possível entrada em funcionamento, em breve, de trem turístico entre Belo Horizonte e o Instituto Inhotim.

COMPROMISSOS

6) Empresa Mineira de Comunicação e Rádio Inconfidência

O secretário afirmou que a continuidade da Empresa Mineira de Comunicação – EMC – é parte da política de comunicação de Estado, cujo objetivo é oferecer esse serviço de forma plena ao cidadão mineiro, bem como programação cultural isenta. Esclareceu, entretanto, que há vários entraves jurídicos a serem resolvidos na instituição, como a unificação das carreiras (dos funcionários da TV e da Rádio, que eram de regimes jurídicos diferentes¹) e dos planos de cargos e

¹ A Rádio Inconfidência já era uma empresa pública, enquanto que a TV Minas foi originalmente criada como uma fundação pública. Por causa dessa diferença de estatuto jurídico entre ambas – agora superada com o estabelecimento da EMC –, o regime funcional de seus servidores, entre outros aspectos da gestão, era distinto.

salários, redação dos estatutos, revisão de contratos.

Diversos parlamentares defenderam a manutenção da transmissão de sua programação na frequência AM, de modo a garantir o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos mineiros, sobretudo da população do campo. Além disso, se comprometeram a encaminhar os resultados dos debates já realizados na Assembleia Legislativa sobre possíveis soluções para a manutenção da transmissão AM.

Em resposta a esse pleito, o secretário apontou problemas técnicos, com destaque para as péssimas condições dos equipamentos de transmissão AM, a que se somam dívidas acumuladas e dúvidas quanto a titularidade de imóveis ocupados, entre outras questões, que justificariam o encerramento dessa atividade, com concentração dos esforços de melhoria da qualidade unicamente na transmissão da 100,9 FM.

No entanto, tendo em vista o interesse parlamentar na permanência da frequência AM, o secretário disse aguardar os resultados dos debates promovidos na Assembleia para reavaliar todo o processo. Assim, os deputados Bosco e Celinho do Sinttrocel, presidentes, respectivamente, da Comissão de Cultura e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, elaboraram o documento anexo, que consolida as demandas sobre essa temática para ser encaminhado ao Secretário.

Posicionamento do Secretário

Apontamento de diversos problemas técnicos e de gestão que contraindicariam a permanência da transmissão AM, contudo, afirmou que aguardaria a consolidação do relatório das comissões de Trabalho e de Cultura para avaliar a possibilidade de manutenção.

RQN 1.979/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)

Solicita que seja encaminhado ao Secretário de Estado de Cultura o documento anexo que consolida os resultados dos debates já realizados na Assembleia Legislativa sobre a situação da Rádio Inconfidência AM, com pedido de providências para avaliação da viabilidade das sugestões nele contidas.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

Outros Requerimentos

RQN nº 1.770/2019 (Comissão de Cultura)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que seja restaurada a Igreja de São Sebastião, em Araxá, inscrita desde 1979 nos Livros de Tombo Histórico das Obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e de Belas Artes do Estado de Minas Gerais.

RQN nº 1.767/2019 (Comissão de Cultura)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que seja restaurada a edificação que abriga o Museu Histórico de Araxá, construída no começo do século XIX, com características da arquitetura do período colonial mineiro e que contém acervo relevante sobre a história da região, bem como peças associadas à dona Beja.

RQN nº 1.766/2019 (Comissão de Cultura)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que volte a ser exposto no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins – Tancredo Neves – o acervo dos bens artísticos que foram retirados durante as obras de ampliação dos terminais e estariam hoje na sede da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero –, em Brasília.

RQN nº 1.768/2019 (Comissão de Cultura)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que solicite à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – avaliar a viabilidade de veicular nas mensagens de boas-vindas ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins – Tancredo Neves – a indicação de que Santos Dumont nasceu no Estado e de sua importância para a aviação.

RQN nº 1.761/2019 (Comissão de Desenvolvimento Econômico)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que o desenvolvimento da cadeia produtiva do lítio em Minas Gerais não compreenda apenas a atividade minerária, mas também seu beneficiamento e transformação em produto final.